

Demonstrações Financeiras

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas e Diretores da
Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de julho de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace'.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Balço patrimonial

para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
	Explicativa				Explicativa		
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.736	3.859	Fornecedores	16	18.650	12.523
Contas a receber de clientes	11	31.275	12.441	Salários, benefícios e encargos sociais	17	4.399	3.383
Estoques	12	5.372	4.837	Impostos, taxas e contribuições	18	9.511	6.683
Impostos a recuperar	13	14.082	7.302	Outras contas a pagar	-	36	42
Outras contas a receber		1.005	289	Total do passivo circulante		32.596	22.631
Adiantamento a fornecedores		229	157				
Total do ativo circulante		53.699	28.885				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	3.198	-
Impostos a recuperar	13	-	959	Impostos, taxas e contribuições	18	210	285
Contas a receber de clientes	11	27.696	47.666	Provisões	19	10.749	34.509
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	-	10.757	Total do passivo não circulante		14.157	34.794
Ativo fiscal diferido	20	4.075	8.044				
Depósitos judiciais		65	65	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		31.836	67.491	Capital social	21	13.708	13.708
				Reservas de lucros		37.389	32.252
Imobilizado	14	1.242	473	Reservas Subvenção para Investimentos		17.877	17.321
Intangível	15	28.903	23.810	Ajustes de avaliação patrimonial		(47)	(47)
		30.145	24.283	Total do patrimônio líquido		68.927	63.234
Total do ativo não circulante		61.981	91.774				
TOTAL DO ATIVO		115.680	120.659	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		115.680	120.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	23	101.246	105.694
Custo dos serviços prestados	24	(80.148)	(98.934)
Lucro bruto		21.098	6.760
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais		(755)	(493)
Despesas administrativas	25	(5.560)	(2.579)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(3.764)	(1.833)
Receitas e despesas operacionais líquidas		(10.079)	(4.905)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		11.019	1.855
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	27	1.910	2.270
Despesas financeiras	27	(3.267)	(670)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(1.357)	1.600
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		9.662	3.455
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20	-	(1.666)
Diferido	20	(3.969)	(165)
Incentivo lucro da exploração	20	-	556
Lucro líquido do exercício		5.693	2.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.693	2.180
Outros resultados abrangentes	-	(38)
Total do resultado abrangente da Empresa	5.693	2.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva de subvenção para investimentos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	13.708	30.110	17.283	-	(9)	61.092
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.180	-	2.180
Transferência para reserva de lucros	-	1.586	-	(1.586)	-	-
Reserva de subvenção – nota explicativa 21	-	-	594	(594)	-	-
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	(38)	(38)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	13.708	31.696	17.877	-	(47)	63.234
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.693	-	5.693
Transferência para reserva de lucros	-	5.137	-	(5.137)	-	-
Reserva de subvenção – nota explicativa 21	-	-	556	(556)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	13.708	36.833	18.433	-	(47)	68.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.
Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		5.693	2.180
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações, amortizações, exaustões e ativo do direito de uso	14 e 15	8.331	6.581
Baixa de imobilizado e intangível	14 e 15	-	5
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	22	(1.048)	(1.258)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	22	21	-
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	19	(25.290)	34
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	19	98	(19)
Provisão para contingências	19	(285)	33
Provisão de imposto de renda e contribuição social	20	-	1.110
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	3.969	165
Provisão para obrigações contratuais futuras	19	1.717	47
Aumento / Redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	11	1.145	13.750
Partes relacionadas	22	(9)	676
Impostos a recuperar	13	(5.821)	(3.234)
Estoques	12	(535)	711
Outras contas a receber		(716)	(87)
Adiantamento a fornecedores		(72)	(157)
Depósitos judiciais		-	138
Aumento / Redução nos passivos operacionais			
Fornecedores	16	6.927	1.147
Partes relacionadas	22	(800)	(1.914)
Salários benefícios e encargos sociais	17	1.016	176
Impostos taxas e contribuições	18	2.861	306
Impostos de renda e contribuição social	18	(776)	167
Outras contas a pagar		(6)	(43)
Caixa proveniente das operações		(3.580)	20.514
Pagamento de impostos sobre o lucro		668	(2.188)
Mútuos ativos - recebimento de juros	22	1.048	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.864)	18.326
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Mútuos ativos – concedidos	22	(5.688)	(38.454)
Mútuos ativos - recebimento principal	22	16.445	28.955
Aquisição de ativo imobilizado	14	(884)	(94)
Aquisição de intangível	15	(13.309)	(14.059)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.436)	(23.652)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuos passivos – captação	22	3.177	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		3.177	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.123)	(5.326)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	10	3.859	9.185
No final do exercício	10	1.736	3.859
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.123)	(5.326)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda. ("Empresa" ou "Battre"), é uma sociedade limitada com sede na Rodovia BA 526 – KM 6,5 - São Cristóvão, município de Salvador - BA.

A Empresa tem como acionista a controladora Revita Engenharia S.A ("Revita"), detentora de 100% das ações. A controladora final da Revita é a Solvi Participações.

A Empresa possui atuação principal no município de Salvador para a execução do Contrato de Concessão nº 001/1999 com objeto de Implantação, Operação e Manutenção de uma Estação de Transbordo e do Aterro Sanitário Metropolitano Centro e valorização comercial dos subprodutos das operações de Aterro Sanitário.

Além disso, possui de contratos diretos com as prefeituras de Lauro de Freitas e Simões Filho, sendo o Contrato de Concessão nº 001/1999 o "Contrato Matriz" para a regulação de preços de referência para a prestação dos serviços de disposição final ambientalmente adequada em Aterro Sanitário dos resíduos sólidos urbanos coletados nos municípios citados.

Frente de negócio	Descrição
Manejo de resíduos sólidos	Gestão de implantação, operação e manutenção de uma Estação de Transbordo para armazenamento temporário e transferência de resíduos sólidos urbanos coletados no município de Salvador. Gestão de implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário Metropolitano Centro para disposição dos resíduos sólidos urbanos nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho.
Valorização Energética	Venda de subprodutos oriundos das operações de Aterro Sanitário: Metano e Créditos de Carbono, oriundo da queima controlada do gás metano de aterro.

O Contrato de Concessão nº 001/1999 foi firmado com base na Concorrência Pública nº 004/1999, e sua vigência original se encerraria em 29 de dezembro de 2019, conforme previsto na Cláusula Sexta. A partir desse marco, o contrato foi prorrogado sucessivas vezes em caráter excepcional. Essas prorrogações ocorreram para garantir a continuidade dos serviços enquanto eram realizados estudos aprofundados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, cuja finalidade era subsidiar uma prorrogação contratual de longo prazo, respeitando os limites legais.

Em janeiro de 2025, firmou-se a renovação de longo prazo do contrato com a assinatura do 22º Termo Aditivo, instrumento que formalizou a atualização, modernização e prorrogação do Contrato de Concessão por mais 20 anos, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2024.

O novo ciclo contratual também estabelece investimentos obrigatórios e adicionais por parte da Concessionária, incluindo a manutenção da Estação de Transbordo, ampliação das áreas do Aterro Sanitário, e implantação de uma Unidade de Coleta de Biogás contemplados na remuneração tarifária. Os investimentos complementares, como usina solar, triagem e compostagem, poderão ser realizados mediante autorização do Poder Concedente, condicionados a estudos de viabilidade e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A Battre também passa a ser responsável, durante a vigência do contrato, pelo monitoramento ambiental das células do aterro que já foram encerradas, incluindo acompanhamento das águas subterrâneas, emissões gasosas, estabilidade geotécnica e manutenção das áreas impactadas. Após o término contratual, essa responsabilidade será transferida ao Poder Concedente.

O 22º Termo Aditivo também serviu como instrumento de resolução de controvérsias administrativas e judiciais acumuladas ao longo da execução contratual. Como parte do acordo, a Concessionária comprometeu-se ainda a desistir de eventuais ações judiciais movidas contra a Prefeitura.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa. Desta forma, a Administração entende que

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de julho de 2025. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº15 - Intangível - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a amortização.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

- Nota Explicativa nº11 - Contas a receber de clientes - apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº15 - Intangível: teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota Explicativa nº19 - Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional e contingências: Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota Explicativa nº20 - Ativo fiscal diferido: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias possam ser utilizadas.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Empresa analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico.

6. Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (a) Receita de contratos com clientes
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (c) Benefícios a empregados
- (d) Imposto de renda e contribuição social
- (e) Estoques
- (f) Instrumentos financeiros
- (g) Redução ao valor recuperável (Impairment)
- (h) Intangível
- (i) Provisões
- (j) Subvenções governamentais

a) Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Empresa reconhece a receita quando cumpre a obrigação de desempenho especificada em seus contratos com clientes.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

- **Receita de serviços prestados – Resíduos**

As receitas relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas no regime de competência, com base em medições (pesagem, metragem

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou duração) do trabalho executado, mensais, de acordo com os parâmetros de mensuração e preços estabelecidos em cada contrato.

- **Manufatura reversa**

As receitas de manufatura reversa advêm do processo de destruição/descharacterização de produtos e equipamentos eletrônicos, como placas eletrônicas e catalisadores automotivos, a fim de se segregar seus componentes, como metais e outros insumos.

A Empresa reconhece a receita apenas na efetiva entrega dos materiais vendidos ao cliente.

- **Venda de biogás**

O biogás vendido é utilizado como combustível para geração de energia limpa e sustentável em termelétrica a biogás de aterro.

A Empresa reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de biogás, que é medido através de um relógio instalado nos dutos de captação de biogás dos aterros, gerando um relatório de medição para a aprovação do cliente.

- **Venda de crédito de carbono**

As receitas provenientes da venda de créditos de carbono, advêm da geração de créditos de carbono por meio de queima controlada de biogás.

A Empresa reconhece a receita de crédito de carbono quando da emissão de relatório por auditoria independente certificada e considerando que contratos com os clientes já existam e a venda já esteja certa.

- **Receita de contrato de construção**

A receita de construção está inserida nos contratos de concessão tratados na nota explicativa nº29. As receitas de contratos de construção são reconhecidas na proporção da conclusão do estágio de andamento do bem reversível.

O planejamento de execução de obras de bens reversíveis é definido em contrato de concessão.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros recebidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, descontos concedidos e despesas bancárias.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

c) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

iii) Participação nos lucros

A Empresa reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

iv) Assistência médica

A Empresa mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da Empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica nas modalidades do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos ex-empregados. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Empresa reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Empresa possuía incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75% até o ano calendário 2032, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

iii) Incentivo fiscal

O incentivo fiscal tem como fonte a redução de imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, e destinam-se às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos.

A Empresa possui incentivo fiscal que reduz o imposto de renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Empresa, durante o período de incentivo fiscal concedido se compromete a realizar investimentos na região de sua implantação, bem como não distribuir esse incentivo em forma de dividendos.

No reconhecimento da despesa com imposto de renda, o valor é reconhecido como se devido fosse no resultado do exercício e o montante do referido incentivo fiscal também é reconhecido no resultado do exercício contrapondo a despesa integral antes da redução de 75% concedida por meio do incentivo fiscal.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são compostos por produtos necessários para a prestação dos serviços, como combustíveis e entre outros, reconhecidos como custo vinculado aos serviços prestados mensalmente. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

f) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairments são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais aVJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 em suas demonstrações financeiras.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vi) Capital social

Quotas ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

g) Redução ao valor recuperável (Impairment)

A Empresa determina as variações de risco de crédito de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Empresa Solví.

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas.

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Empresa determina as variações de risco de crédito de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Empresa.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

h) Intangível

i) Reconhecimentos e mensuração

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

ii) Bens reversíveis

Os bens vinculados à um contrato de concessão, como as centrais de tratamento de resíduos, incluindo aterros e infraestrutura de transbordo, serão reversíveis ao poder concedente no encerramento do contrato de concessão.

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão registrados como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão como ativo intangível requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- Contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a Administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- A parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegada o serviço;
- O concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome da concedente;
- O contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- O concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Empresa sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo poder concedente, conforme previsto no ICPC 01 (R1), quando:

- A concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- A concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o poder concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

iii) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

v) Amortização

A amortização é calculada para realizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis e trabalhista

Refere-se a questões trabalhistas e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- a. As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro

A provisão constituída tem como base o tratamento de chorume armazenado no empreendimento em 31 de dezembro de 2024. O custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, tais como de osmose reversa e/ou em instalações de terceiros licenciados. A opção pelo tipo de tratamento de chorume será definida pela Empresa com a aprovação dos órgãos reguladores.

j) Subvenções governamentais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimentos de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2032, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A Empresa em contrapartida deverá atender algumas obrigações como o cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção ao meio ambiente e a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução.

A apuração é realizada mensalmente e reconhecida contabilmente registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Novas normas e interpretações

7.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações à IAS 7 — Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações têm como objetivo melhorar a transparência das informações financeiras, com foco na divulgação mais detalhada dos acordos de financiamento de fornecedores. Esses ajustes visam proporcionar maior clareza sobre as transações nas quais os fornecedores oferecem crédito, mas com características específicas que impactam a liquidez e os pagamentos da entidade.

A IAS 7, que regula a apresentação dos fluxos de caixa, sofreu uma modificação importante no que diz respeito aos acordos de financiamento de fornecedores. As alterações exigem que as entidades divulguem mais informações sobre a natureza dos fluxos de caixa relacionados a tais acordos, especialmente quando houver uma diferença significativa entre a data de pagamento e o momento da entrega de bens ou serviços. Esse ajuste busca aumentar a transparência sobre os fluxos de caixa operacionais e financeiros, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras compreendam melhor a posição de liquidez da entidade.

Por sua vez, o IFRS 7 foi ajustado para exigir informações adicionais sobre os termos e condições dos acordos de financiamento de fornecedores. As entidades agora devem divulgar detalhes sobre o impacto desses acordos nas obrigações financeiras e nos fluxos de caixa futuros. Esses acordos podem influenciar substancialmente o perfil de risco financeiro da entidade, especialmente no que se refere ao prazo de pagamento e às taxas de juros envolvidas. As modificações ao IFRS 7 visam garantir que as divulgações financeiras sejam mais detalhadas, permitindo aos investidores e demais stakeholders uma compreensão mais precisa do impacto desses acordos na exposição ao risco da entidade.

As alterações também incluem disposições de transição específicas para o primeiro período de aplicação anual, isentando as entidades de divulgar informações comparativas para períodos anteriores ao início da adoção dessas modificações, bem como de fornecer as informações exigidas pela IAS 7:44H(b)(ii)-(iii) no início do período de adoção.

Estas alterações não trazem impactos sobre as demonstrações financeiras da Empresa para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações de financiamento junto a fornecedores.

Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, no que se refere à classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, têm como objetivo aprimorar a clareza e consistência das práticas contábeis, promovendo maior transparência na apresentação das obrigações financeiras. Essas mudanças visam evitar ambiguidades e garantir que as entidades classifiquem suas obrigações de forma precisa, com ênfase na liquidez e solvência.

De acordo com a IAS 1, a classificação dos passivos deve ser realizada com base na expectativa de liquidação dentro de um período de 12 meses após a data de encerramento do período de reporte. Esta classificação é crucial para a avaliação da posição financeira da entidade, especialmente no que se refere à sua capacidade de cumprir obrigações de curto e longo prazo.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

A Empresa adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras tratam da classificação de passivos não circulantes que contêm cláusulas contratuais (covenants), as quais podem afetar a capacidade da entidade de cumprir suas obrigações financeiras, impactando especialmente a liquidez e solvência. O objetivo dessas modificações é melhorar a transparência das demonstrações financeiras, proporcionando uma visão mais clara sobre como os covenants podem influenciar a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes.

As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

A Empresa avaliou e essas alterações não trazem impactos em suas demonstrações financeiras.

Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”

A recente alteração à IFRS 16 – Arrendamentos, relacionada ao Passivo de Arrendamento em transações de **“Sale and Leaseback”**, foi emitida para esclarecer a contabilização do passivo de arrendamento em situações em que um ativo é vendido, mas continua sendo arrendado pela empresa vendedora após a venda.

As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de **“sale and leaseback”** que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

particularmente o caso em um **“leaseback”** que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de **“sale and leaseback”** com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de **“sale and leaseback”** que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de **“sale and leaseback”** celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

Estas alterações não trazem impactos à Empresa para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações de **sales leaseback** no referido período. Assim, estas modificações à IFRS 16 não são aplicáveis à Empresa no presente exercício.

7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor

Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Principais alterações incluem:

- **Definição de falta de conversibilidade:** A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.
- **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

As alterações à IAS 21 terão efeito para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, com adoção

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

antecipada permitida. A Empresa optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2025. Entretanto, a Empresa entende que a adoção destas alterações não trarão impactos.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
- Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorarias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Empresa optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou
- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).

Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão.

A Empresa optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

8. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital da Empresa.

As atividades da Empresa o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho do Grupo tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa não operou instrumentos financeiros derivativos.

b) Estrutura de gerenciamento de riscos

A Diretoria da Empresa tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Risco de mercado**Risco de câmbio**

As operações efetuadas pela Empresa são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial, exceto as operações de venda de crédito de carbono realizadas em outras moedas diferentes do Real e estão expostas ao risco de variação cambial.

Risco de taxa de juros

As operações efetuadas pela Empresa, não estão expostas de forma significativa ao risco de taxa de juros.

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados em índices definidos no contrato de concessão - cláusula 5ª através de fórmula paramétrica. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Empresa.

ii) Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

iii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.736	3.859
Contas a receber de clientes	11	58.971	60.107
Mútuos a receber partes relacionadas	22	-	10.757
Outras contas a receber		1.005	289
		61.712	75.012

	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2024								
Caixa e equivalentes de caixa	1.736	-	-	-	-	-	-	1.736
Contas a receber de clientes	55.714	789	1.353	-	1.115	-	-	58.971
Outras contas a receber	1.005	-	-	-	-	-	-	1.005
	58.455	789	1.353	-	1.115	-	-	61.712

	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2023								
Caixa e equivalentes de caixa	3.859	-	-	-	-	-	-	3.859
Contas a receber de clientes	11.524	4.178	1.298	2.407	4.171	2.946	33.583	60.107
Mútuos a receber partes relacionadas	10.757	-	-	-	-	-	-	10.757
Outras contas a receber	289	-	-	-	-	-	-	289
	26.429	4.178	1.298	2.407	4.171	2.946	33.583	75.012

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para mitigar o risco de possibilidade de a Empresa ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Empresa adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

iv) Risco de liquidez

A liquidez da Empresa depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Empresa disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Empresa, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores e outras contas a pagar	18.686	-	-	-	18.686	18.686
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	3.198	-	-	3.198	3.198
	18.686	3.198	-	-	21.884	21.884
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores e outras contas a pagar	12.565	-	-	-	12.565	12.565
	12.565	-	-	-	12.565	12.565

a) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

b) Gerenciamento de capital

Os objetivos do Empresa durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Empresa, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

A Empresa utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para comparação com parâmetros de mercado.

	2024	2023
Fornecedores e outras contas a pagar	18.686	12.565
Total Endividamento	18.686	12.565
(-) Caixa e caixa equivalente	(1.736)	(3.859)
(=) Endividamento líquido (a)	16.950	8.706
Patrimônio líquido	68.927	63.234
Capital social e endividamento líquido (b)	85.877	71.940
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	20%	12%

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2024		2023	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	1.736	1.736	3.859	3.859
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	58.971	58.971	60.107	60.107
Outras contas a receber		Custo amortizado	1.005	1.005	289	289
Mútuo a receber de partes relacionadas		Custo amortizado	-	-	10.757	10.757
Total			61.712	61.712	75.012	75.012
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	18.686	18.686	12.565	12.565
Mútuo a pagar a partes relacionadas		Custo amortizado	3.198	3.198	-	-
Total			21.884	21.884	12.565	12.565

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Empresa entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

9. Aspectos ambientais

As operações da Empresa estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Empresa realiza mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. vide nota explicativa nº 19.b.

A Empresa não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e bancos	208	20
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.528	3.839
	<u>1.736</u>	<u>3.859</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 98,00% (99,00% em 2023), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

11. Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Clientes públicos:			
Valores faturados		29.735	26.279
Medições a faturar		31.547	33.506
		<u>61.282</u>	<u>59.785</u>
Clientes privados:			
Crédito de carbono		63	2
		<u>63</u>	<u>2</u>
(-) Ajuste a valor presente (a)		(2.703)	-
Partes relacionadas	22	329	320
Total		<u>58.971</u>	<u>60.107</u>
Circulante		31.275	12.441
Não circulante		27.696	47.666

(a) Refere-se ao parcelamento do contas a receber de longo prazo com a Prefeitura Municipal de Salvador firmado na renovação do Contrato de Concessão.

A exposição ao risco de crédito da Empresa está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Valores a vencer	55.714	11.524
Vencidos:		
Até 30 dias	789	4.178
Entre 31 e 60 dias	1.353	1.298
Entre 61 e 90 dias	-	2.407
Entre 91 e 180 dias	1.115	4.171
Entre 181 e 360 dias	-	2.946
Acima de 360 dias	-	33.583
	<u>58.971</u>	<u>60.107</u>

A provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

A Administração julga que não houve necessidade de provisão a ser constituída para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber, pois embora os saldos vencidos se refiram substancialmente a clientes públicos, a Empresa não possui histórico de perdas para esse tipo de cliente, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que a Empresa tenha histórico de atrasos de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis. Para os clientes públicos vencidos a contabilidade informa os créditos abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações de negócios.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Estoques

São compostos como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Materiais de consumo	5.372	4.837
	<u>5.372</u>	<u>4.837</u>

13. Impostos a recuperar

São compostos como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
INSS	5	109
Pis e Cofins	1.154	1.248
IRPJ	11.678	6.663
CSLL	804	234
Outros impostos	441	7
	<u>14.082</u>	<u>8.261</u>
Circulante	14.082	7.302
Não circulante	-	959

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Depreciação	2024 Líquido	2023 Líquido
Móveis e utensílios	10%	588	(379)	209	228
Equipamentos de informática	20%	698	(496)	202	245
Imobilizado em andamento		831	-	831	-
		2.117	(875)	1.242	473

As mutações do imobilizado em 2024 e 2023 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Móveis e utensílios	572	16	-	588
Equipamentos de informática	661	29	8	698
Imobilizado em andamento	-	839	(8)	831
	1.233	884	-	2.117

Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Móveis e utensílios	(344)	(35)	-	(379)
Equipamentos de informática	(416)	(80)	-	(496)
	(760)	(115)	-	(875)
	473	769	-	1.242

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	554	18	-	572
Equipamentos de informática	585	76	-	661
Imobilizado em andamento	504	-	(504)	-
	1.643	94	(504)	1.233

Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	(309)	(35)	-	(344)
Equipamentos de informática	(350)	(66)	-	(416)
	(659)	(101)	-	(760)
	984	(7)	(504)	473

Teste de redução ao valor recuperável - (Teste de Impairment)

Em 2024 e 2023, a administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

15. Intangível

O saldo é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Amortização	2024 Líquido	2023 Líquido
Aterro e infra em aterros	(*)	154.422	(142.016)	12.406	3.411
Infraestrutura em transbordos	10%	11.428	(8.579)	2.849	2.820
Máquinas e equipamentos	10%	6.953	(5.867)	1.086	1.062
Veículos e equipamentos	20%	1.165	(1.135)	30	41
Software	20%	215	(207)	8	27
Intangível em andamento	-	12.524	-	12.524	16.449
		186.707	(157.804)	28.903	23.810

(*) Os aterros e respectivas infraestrutura são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Intangíveis em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a aterros sanitários.

As mutações do intangível em 2024 e 2023 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	137.624	1.227	-	15.571	154.422
Infraestrutura em transbordos	9.983	-	-	182	10.165
Benfeitoria em bens de terceiros	1.263	-	-	-	1.263
Máquinas e equipamentos	6.699	254	-	-	6.953
Veículos e equipamentos	1.165	-	-	-	1.165
Software	215	-	-	-	215
Intangível em andamento	16.449	11.828	-	(15.753)	12.524
	173.398	13.309	-	-	186.707

Amortização	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	(134.213)	(7.803)	-	-	(142.016)
Infraestrutura em transbordos	(7.163)	(153)	-	-	(7.316)
Benfeitoria em bens de terceiros	(1.263)	-	-	-	(1.263)
Máquinas e equipamentos	(5.637)	(230)	-	-	(5.867)
Veículos e equipamentos	(1.124)	(11)	-	-	(1.135)
Software	(188)	(19)	-	-	(207)
	(149.588)	(8.216)	-	-	(157.804)
	23.810	5.093	-	-	28.903

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	136.260	1.364	-	-	137.624
Infraestrutura em transbordos	9.983	-	-	-	9.983
Benfeitoria em bens de terceiros	1.263	-	-	-	1.263
Máquinas e equipamentos	7.267	116	(684)	-	6.699
Veículos e equipamentos	1.165	-	-	-	1.165
Software	215	-	-	-	215
Intangível em andamento	3.366	12.579	-	504	16.449
	159.519	14.059	(684)	504	173.398

Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	(128.142)	(6.071)	-	-	(134.213)
Infraestrutura em transbordos	(7.004)	(159)	-	-	(7.163)
Benfeitoria em bens de terceiros	(1.263)	-	-	-	(1.263)
Máquinas e equipamentos	(6.096)	(220)	679	-	(5.637)
Veículos e equipamentos	(1.113)	(11)	-	-	(1.124)
Software	(169)	(19)	-	-	(188)
	(143.787)	(6.480)	679	-	(149.588)
	15.732	7.579	(5)	504	23.810

16. Fornecedores

São compostos como segue:

	2024	2023
Fornecedores	18.296	11.369
Partes relacionadas – nota 22	354	1.154
	18.650	12.523

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	2024	2023
Salários e 13º salários	892	706
Encargos trabalhistas	641	548
Férias	2.160	1.902
Participação nos resultados	666	205
Outros	40	22
	4.399	3.383

18. Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	2024	2023
ISS	1.631	1.751
PIS	1.022	462
Cofins	4.945	2.362
ICMS	93	187
IRRF	164	110
INSS Retido	149	129
ISS Retido	45	24
Parcelamentos fiscais	234	386
IRPJ/CSLL	1.424	1.532
Outros	14	25
	9.721	6.968
Circulante	9.511	6.683
Não circulante	210	285

19. Provisões

São compostos como segue:

	2024	2023
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	172	457
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	7.965	33.255
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	703	605
Provisão para obrigações contratuais futuras	1.909	192
	10.749	34.509

a) Provisão para riscos cíveis e trabalhista

A Empresa é parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2022	-	424	424
Adições	100	154	254
Reversões	-	(221)	(221)
Saldo em 31/12/2023	100	357	457
Adições	7	82	89
Reversões	(107)	(267)	(374)
Saldo em 31/12/2024	-	172	172

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra Empresa com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totalizam R\$1.386 (R\$43.311 em 31 de dezembro de 2023), os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente às ações cíveis públicas e execuções fiscais e estão descritos abaixo:

Empresa	Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.	Ação indenizatória Nº 2329480029/22-7	Auto de Infração exigindo valores a título de Diferencial de Alíquotas (DIFAL) de ICMS entre janeiro/2017 e dezembro/2020, supostamente não recolhidos na aquisição de mercadorias de outras UFs destinadas ao ativo fixo e/ou consumo próprio da empresa. Reputamos ao menos 8 meses do período terem caducado e quanto ao período restante ser inconstitucional a cobrança e ter sido ela feita em excesso.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$1.386

b) Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando à minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de até 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (Até 20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o sítio estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro, registrada nas demonstrações financeiras ao final de cada ano/período, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a taxa média de 8,44% para o exercício de 2024 (9,61% ao ano de 2023) que reflete o custo de capital da Empresa. A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

	2024	2023
Saldo inicial	33.255	33.221
Constituição de provisão	1.021	2.909
Reversão / realização da provisão (a)	(26.311)	(2.875)
Saldo final	7.965	33.255

- (a) A reversão da taxa de pós-fechamento de aterro, ocorreu devido a renovação contratual do contrato de concessão com a Prefeitura Municipal de Salvador – BA, onde a obrigação de monitoramento passa a ser do Poder Concedente ou para quem este indicar para realização destas atividades de monitoramento pós-fechamento.

c) **Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro**

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	605	624
Constituição de provisão	662	472
Reversão da provisão	(564)	(491)
Saldo final	703	605

A provisão constituída tem como base o tratamento de chorume armazenado no empreendimento em 31 de dezembro de 2024. O custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, tais como de osmose reversa e/ou em instalações de terceiros licenciados. A opção pelo tipo de tratamento de chorume será definida pela Empresa com a aprovação dos órgãos reguladores.

20. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como segue:

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (*)	(4.067)	(3.738)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	2.708	11.307
Provisões contingências	55	118
Provisão transporte chorume	1.296	206
Provisão de participações no resultado	226	70
Prejuízo fiscal acumulado	3.802	-
Benefícios pós emprego	54	47
Outros	1	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	4.075	8.044
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	4.075	8.044
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-

(*) Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Empresa possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. Conforme as estimativas da Empresa, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2024 em até 3 anos.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	2024	2023
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	9.662	3.455
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(3.285)	(1.175)
Incentivos	-	599
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes/multas indedutíveis	(6)	(18)
Bônus/doações/patrocínios	(11)	(10)
Ajuste de inventário	(1)	(2)
Outras diferenças permanentes (a)	(666)	(442)
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores	-	(227)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(3.969)	(1.275)
Corrente	-	(1.666)
Diferido	(3.969)	(165)
Lucro de Exploração	-	556
Alíquota efetiva	41,08%	36,90%

(a) As adições permanentes são basicamente multas indedutíveis, autos de infração e demais despesas indedutíveis.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R\$13.708, dividido em 13.708 quotas, com o valor nominal R\$ 1,00 cada uma.

b) Distribuição de lucros

No exercício de 2024 e 2023 não houve a distribuição de dividendos.

c) Reserva de subvenção para investimento

Foi constituída com base no art. 545 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR e refere-se ao valor do imposto que deixou de ser pago em virtude de incentivos fiscais com base no lucro da exploração, conforme nota explicativa 6.j.

22. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

A Empresa pagou a seus administradores em salários e remuneração variável um total de R\$1.952 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.944 em 31 de dezembro de 2023).

Outras transações com partes relacionadas

As contas a pagar de partes relacionadas registradas no ativo circulante, referem-se, substancialmente, à receita com prestação de serviço operacional, administrativa e financeira às respectivas partes relacionadas.

Os saldos a receber e a pagar, e as respectivas naturezas das transações e entidades relacionadas são demonstrados como seguem:

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Solvi Essencis Ambiental S.A.	21	-	277	101	(1.424)	(1.284)
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	-	40	-	(37)
Essencis BA S.A.	-	-	-	2	-	(2)
Revita Engenharia S.A.	-	-	47	957	(3.202)	(5.429)
Termoverde Salvador S.A.	308	320	30	54	1.939	4.470
	329	320	354	1.154	(2.687)	(2.282)
Mútuos						
Revita Engenharia S.A.	-	10.757	3.198	-	1.048	1.271
	-	10.757	3.198	-	1.048	1.271
Total	329	11.077	3.552	1.154		
Circulante	329	320	354	1.154		
Não circulante	-	10.757	3.198	-		

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das entidades, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

Valores com a parte relacionada Termoverde Salvador S.A. referem-se ao contrato no qual o objeto é a compra e venda de biogás gerado e captado no aterro sob concessão da Empresa. O acordo prevê a entrega de quantidade mínima de biogás, caso não ocorra, a Empresa pagará multa contratualmente estabelecida.

Os mútuos com partes relacionadas, são transações de empréstimo entre empresas que participam do mesmo grupo econômico, ou na situação em que uma detém o controle de outra controlada.

As operações de mútuos ocorrem para suprimentos de capital de giro ou para fins de investimentos, a taxa aplicada nas transações entre as empresas do grupo é de 3,50% a.a. com vencimento 31/12/2026.

Movimentação de mútuos no ativo:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	-
Aplicação	38.454
Juros	1.276
Recebimento do principal	(28.955)
Encargos	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.757
Aplicação	5.688
Juros	955
Recebimento de juros	(1.048)
Recebimento do principal	(16.445)
Encargos	93
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

Movimentação de mútuos no passivo:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	-
Captação	11.739
Juros	546
Pagamento de juros	(546)
Pagamento do principal	(11.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Captação	3.177
Juros	10
Encargos	11
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.198

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita operacional líquida

São compostos como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de coleta e tratamento de resíduos	99.903	94.683
Receita com manufatura reversa	487	17
Receita venda de biogás	2.534	5.426
Receita crédito de carbono	63	3.580
Receita de construção (a)	13.308	16.522
Total receita bruta	<u>116.295</u>	<u>120.228</u>
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(5.523)	(4.878)
PIS	(1.699)	(1.722)
COFINS	(7.827)	(7.934)
Total de deduções sobre vendas	<u>(15.049)</u>	<u>(14.534)</u>
Receita líquida	<u>101.246</u>	<u>105.694</u>

(a) A receita reconhecida com relação à construção representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços.

24. Custos dos serviços prestados

São compostos como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e encargos	(22.495)	(20.834)
Aluguel	(11.015)	(8.211)
Depreciações e amortizações	(8.331)	(6.581)
Materiais aplicados nos serviços	(26.456)	(26.634)
Serviços de terceiros (a)	(20.411)	(21.318)
Créditos fiscais (b)	4.867	5.622
Custo de bens reversíveis	(13.308)	(13.879)
Custo com crédito de carbono	-	(2.687)
Energia elétrica	(298)	(410)
Fechamento de aterro – vide nota 19	25.290	(34)
Licenças e taxas	(170)	(99)
Cessão de direito	(3.948)	(728)
Outros custos de produção	(3.873)	(3.141)
	<u>(80.148)</u>	<u>(98.934)</u>

(a) Refere-se substancialmente a serviços tomados com transporte de resíduos, tratamento de efluentes e locação de mão de obra.

(b) As principais naturezas de créditos fiscais são referentes a PIS e COFINS sobre insumos.

25. Despesas administrativas

São compostos como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Remuneração direta mão de obra	(1.628)	(775)
INSS	(237)	(143)
Benefícios	(187)	(124)
FGTS	(64)	(40)
Aluguéis	(28)	(38)
Materiais	(99)	(9)
Serviços de Terceiros (a)	(1.726)	(92)
Viagens e Estadias	(69)	(84)
Despesas serviços compartilhados (b)	(1.513)	(1.274)
Outros	(9)	-
	<u>(5.560)</u>	<u>(2.579)</u>

a) A principal natureza em serviços de terceiros refere-se aos honorários advocatícios

b) A principal natureza em reembolso de despesas de serviços compartilhados refere-se assistência técnica financeira e planejamento do centro de serviços compartilhados CSC.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostos como segue:

	2024	2023
Outras receitas (despesas) eventuais (a)	(3.483)	(1.356)
Resultado na baixa e/ou venda de imobilizado	-	(5)
Provisões para contingências	285	(33)
Despesas com contingências	(415)	(312)
Patrocínio e doações	-	(16)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(151)	(111)
	(3.764)	(1.833)

(a) Em 2024 o valor refere-se as despesas inerentes a renovação do contrato de concessão com poder concedente e gratificações pela renovação.

27. Receitas (despesas) financeiras líquidas

São compostos como segue:

	2024	2023
Receitas juros sobre contratos	1.048	1.276
Atualização de créditos tributários	670	256
Rendimentos sobre aplicações financeiras	189	656
Juros recebidos e descontos obtidos	2	73
Outras receitas financeiras	1	9
Total receitas financeiras	1.910	2.270
Variação monetária passiva	(2.720)	(21)
Despesas bancárias	(325)	(29)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(10)	(7)
Despesas com multas e moras financeiras	(113)	(59)
Tributos sobre movimentações financeiras	(99)	(554)
Total despesas financeiras	(3.267)	(670)
Total	(1.357)	1.600

28. Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Nos contratos sob período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobrem todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade cível, cobrindo a concessionária e o poder concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custos processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

Em 31 de dezembro de 2024, as apólices contratadas pela Empresa oferecem as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade cível. A cobertura de seguro da Empresa é composta por:

	2024	2023
Seguro patrimonial	16.146	13.732
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000
	56.146	53.732

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Contratos de concessãoAtivo intangível

A Empresa reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Empresa registrou ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

	Taxa média anual - %	2024	2023
Aterro e infra em aterros	(*)	12.406	3.411
Infraestrutura em transbordos	10%	2.849	2.820
Máquinas e equipamentos	10%	1.086	1.062
Veículos e equipamentos	20%	30	41
Intangível em andamento	-	12.524	16.449
		28.895	23.783

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela duração do contrato de concessão, dos dois o menor.

Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduo Ltda.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajuste de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos S.A.	Operação e manutenção de aterro, estação de transbordo e tratamento de resíduos sólidos de saúde coletados na cidade de Salvador/BA. Para este último serviço não houve OS – Ordem de Serviço	20 anos a partir de janeiro/2000 (aterro) e agosto/2000 (estação de transbordo). Com o encerramento do contrato em 29 de dezembro de 2019, foram assinados os aditivos de nº 16º (prazo 6 meses), 17º (prazo 4 meses), 18º (prazo 3 anos) e o 19º ao Contrato de Concessão - Concorrência nº 004/1999, sendo esse último, assinado em 26 de outubro de 2023, prorrogando esse contrato por mais 12 (doze) meses	R\$ 116.295	Serão apurados anualmente mediante a previsão da utilização da variação do IPCA.	100% dos itens necessários para execução do contrato.	O contrato dará andamento aos serviços executados no aterro que já conta com a devida licença ambiental e executar os projetos e estudos econômicos e técnicos.	A renovação do contrato depende do enquadramento às condições, diretrizes, requisitos e pressupostos, das normas de regência, em especial as prescritas no arts. 37 e 225 da CRF c/c Leis 8.666/1993, 8.987/1995, 9.074/1995, 12.305/2010, 11.445/2007 e 14.026/2020.	O início do tratamento de resíduos hospitalares ainda não foi autorizado pelo Poder Concedente	Durante a vigência dos 20 anos do contrato de concessão (até 29 de dezembro de 2019), foram assinados 22 aditivos e o último, o 22º, assinado em 24 de janeiro de 2025, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2024, referente a prorrogação do prazo do contrato por mais 20 (vinte) anos.

30. Eventos Subsequentes

Battre – Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. (“Battre”)

A Empresa detém contrato de concessão, tendo como objeto a prestação de serviços, de implantação, operação e manutenção da Estação de Transbordo e do Aterro Metropolitano Centro onde são destinados os resíduos sólidos urbanos no município de Salvador – BA e dos municípios conveniados de Lauro de Freitas e Simões Filho – BA, bem como a comercialização de créditos de carbono por meio da queima do metano e venda de Biogás para a empresa Termoverde Salvador S.A. (“Termoverde Salvador”).

O contrato de Concessão nº 001/1999 com a Prefeitura Municipal de Salvador – BA, foi prorrogado por mais 20 anos por meio do Aditivo nº 22 ao contrato de concessão, assinado em 24 de janeiro de 2025, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2024.